

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

UM OLHAR PSICANALÍTICO SOBRE A INFÂNCIA ABANDONADA NO BRASIL¹

Sílvia Márcia Moraes de Assis²Helder Rodrigues Pereira³

RESUMO

Crianças abandonadas: quem as abandonou? Ou melhor: que as abandona? O presente tema traz a discussão para a sociedade mas, de forma bastante incômoda, para um olhar dentre de nós mesmos. O fato de sermos capazes de abandonar seres humanos indefesos e incapazes parece tocar em um grande mal-estar civilizacional. Neste artigo, procuramos compreender esse abandono pela abordagem psicanalítica mas, no decorrer dos trabalhos, fomos compreendendo que seria impossível não nos deter – ainda que brevemente – para um olhar histórico e outro social. Para tanto, buscamos apoio em autores que se propõem a um percurso histórico e social para a compreensão da infância abandonada no Brasil posteriormente, fizemos a abordagem psicanalítica que aponta para condições humanas que gostaríamos que não nos atingissem: negar o estranho, o intruso e fazer dele um objeto: destituir-lhe do lugar de sujeito para que ele seja capaz de fazer a sua própria trajetória. Este estudo nos auxilia também a lidar com aspectos importantes de nossa sociedade, que se quer livre e benevolente, mas que se revela capaz de ações estranhas (e, desconcertantemente, familiares): negar ao outro o espaço da vida, destinando-lhe as margens sociais como único lugar de significação possível.

Palavras-chave: Infância. Abandono. História. Sociologia. Psicanálise.

INTRODUÇÃO

O abandono de crianças em nossa sociedade parece-nos ser um tema relevante para a vivência profissional da Psicologia. Afinal, como seguir profissionalmente em uma sociedade civilizada que, não obstante, abandona seus filhos? Não se trata de fazer generalizações, mas de levantar um questionamento acerca desse mal-estar na sociedade civilizada para compreender o lugar da Psicologia como ciência e como profissão.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia, apresentado sob o formato de artigo científico ao Colegiado do Curso de Psicologia do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos, em Barbacena – MG, em 2023.

² Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos de Barbacena – MG. Matrícula n. 161-003486. Endereço eletrônico: 161-003486@aluno.unipac.br

³ Professor orientador. Curso de Psicologia – UNIPAC – Barbacena.

**UNIPAC****Centro Universitário Presidente Antônio Carlos**

Necessário é, pois, um breve percurso pela História que, de acordo com seus métodos de investigação, expõe os relacionamentos humanos sobre a criança e a família.

Com o intuito de se fazer esclarecido o fenômeno do abandono de crianças no Brasil, é proposto o presente tema, a fim de fazer refletir a academia e a sociedade sobre uma leitura histórico-sociológica, estabelecendo um diálogo entre a Psicanálise, a História e a Sociologia nos seus aspectos relacionados ao mal-estar na sociedade e nas relações estabelecidas entre adultos e crianças.

Na Idade Média europeia e no Brasil-Colônia já era possível observar vários casos de abandonos de crianças. Houve por bem, portanto, fomentar políticas de acolhimento desses pequenos pois, afinal, não seria possível conviver com situações desumanas (o abandono) em uma sociedade que se queria moderna e cristã. Paradoxalmente, é a própria modernidade que instaura condições de vida nas quais as crianças se tornam um peso a mais, o que faz emergir antigas crenças que as colocam sob suspeita e, portanto, passíveis de ser abandonadas⁴.

O abandono infantil é um tema que se reveste de suma importância para a Psicologia, pois a rejeição por parte da família se mostra como uma das condições prejudiciais à saúde mental do ser humano em vários outros momentos de sua vida psíquicas.

O abandono de crianças é gestado dentro de uma cultura que submete os corpos a condições nem sempre favoráveis ao pleno desenvolvimento humano – o capitalismo é uma delas. A cultura pode ser algo libertador, podendo ser vista como uma abertura para a civilização e não como uma prisão que faz do ser humano um ser egoísta. A cultura herdada pelo homem pode prendê-lo a valores

⁴ Um estudo feito por Luena Nunes Pereira (2008) discute a emergência de crenças antigas no contexto angolano. Segundo a pesquisadora, o capitalismo selvagem, as péssimas condições de sobrevivência e o contexto da AIDS foram condições que propiciaram o ressurgimento do mito das crianças feiticeiras em vários lugares da África. Esse mito considera que algumas crianças são responsáveis por introduzir o mal no meio das comunidades e, em função disto, são espancadas, violentadas e abandonadas à própria sorte em um meio adulto hostil.



UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

convencionais, mas também a evolução do homem faz com que produza novas culturas.

Toda a problemática da cultura gera um mal-estar no homem. Oprimido por um mundo de cobranças, criam-se conflitos interiores e exteriores. O homem adulto traz em si a criança abandonada – se esta é uma condição geral da humanidade, é preciso trabalhar para que o abandono não se torne prática ordinária, mas se revista de uma condição social e histórica cujas consequências são de todos. Aquele que abandona traz em si um destino trágico eloquente, pois abandonar alguém não é uma ação que se faça sem dor. No entanto, compreendemos que o ato não é unicamente individual – o abandono é uma questão social e como tal deve ser compreendida.

Os capítulos que se seguem propõem a uma reflexão a respeito. Ao final, a busca por uma sociedade que a todos acolha é uma proposta da Psicologia que, com seus profissionais, se propõe a um olhar humanizado para as diversas ações humanas.

1 O LUGAR SIMBÓLICO DA INFÂNCIA ABANDONADA NO BRASIL

O abandono de crianças em nossa sociedade parece-nos ser um tema relevante para a vivência profissional da Psicologia. Afinal, como seguir profissionalmente em uma sociedade civilizada que, não obstante, abandona seus filhos? Não se trata de fazer generalizações, mas de levantar um questionamento acerca desse mal-estar na sociedade civilizada para compreender o lugar da Psicologia como ciência e como profissão.

Necessário é, pois, um breve percurso pela História que, de acordo com seus métodos de investigação, expõe os relacionamentos humanos sobre a criança e a família.

No período colonial, por exemplo, os princípios de uma sociedade burguesa colonizadora contrastavam com uma maioria de habitantes que viviam no meio rural, cujos costumes dominantes era o cultivo de uma moral tradicional e

**UNIPAC****Centro Universitário Presidente Antônio Carlos**

religiosa. As famílias camponesas criavam os seus filhos na prática do trabalho agrícola, ensinando-os o ofício de camponês. Desde pequenas, as crianças se viam introduzidas nesse mundo do trabalho no interior do qual havia livre convivência entre comunidades agrícolas, o que propiciava um universo de trocas simbólicas e no fortalecimento de vínculos sociais. Isto implica em afirmar que, na zona rural, no interior das pequenas comunidades, todos se conheciam e se constituíam como uma classe de trabalhadores rurais que sobreviviam no trabalho no campo.

Em contraste, a família burguesa priorizava o acúmulo de riquezas e títulos. Para a burguesia, a boa sociedade era formada por aqueles que detinham a posse de bens. Era, pois, uma cultura que priorizava a hierarquia ficando o povo à margem da sociedade.

No interior das famílias burguesas as crianças não eram valorizadas pois não podiam oferecer uma mão-de-obra passível de produzir riquezas. Somando a isso o fato de as tradições não aceitarem a gravidez de suas filhas, era comum a prática do abandono infantil que, em nome da honra, rejeitava as próprias crianças. De acordo com Trindade (1999), as famílias burguesas ignoravam a infância e suas particularidades. Essa ignorância não era fortuita, pois os ideais que direcionavam as ações estavam mais ligados aos valores econômicos do que afetivos. Essas famílias viam a infância com indiferença e, portanto, não é tão difícil constatar as bases culturais que fazem a sociedade atual tolerar as diversas práticas do abandono infantil.

Se, na Europa, a caridade era a prática utilizada para suprir os efeitos do abandono infantil, o modelo cultural brasileiro seguiu as mesmas regras. Neste sentido, Pereira (2018) desenvolveu uma pesquisa sobre as práticas da caridade no Brasil, examinando discursivamente as ações da misericórdia preconizadas pelos princípios que erigiram a Irmandade da Misericórdia, seguindo os mesmos

**UNIPAC****Centro Universitário Presidente Antônio Carlos**

da Lisboa, sob as bênçãos da então rainha de Portugal, D. Leonor, viúva do rei, D. João II⁵.

Neste sentido, a sociedade passou a delegar à caridade religiosa a função necessária de suprir as faltas produzidas pela lógica econômica que se emancipava. Ora, como se sabe, todo crescimento econômico produz atrás de si um fundo rastro de misérias. É a própria sociedade quem deve encontrar os antídotos para o próprio veneno, qual seja: a produção da miséria.

Temos, pois, a estreita vinculação entre o abandono das crianças e o crescimento econômico com sua lógica produtiva própria. Como o intermediador necessário, temos as práticas religiosas que, na sociedade, assumiam o caráter caritativo, cuidando dos dejetos do capital: os pobres e seus frutos. Para institucionalizar esse abandono, as Santas Casas de Misericórdia criaram um dispositivo designado como a roda dos expostos (ou a roda dos enjeitados), que consistia em um mecanismo rudimentar formado por um cilindro cuja abertura para o exterior permitia que nele fosse inserida a criança (enjeitada⁶) e, sendo girado, inseria no interior a mesma abertura, que fazia com que a criança fosse recebida pelas irmãs da caridade que, doravante, assumia o seu cuidado. A imagem abaixo permite uma melhor visualização do dispositivo.

⁵ A pesquisa, financiada pela PROBIC/UNIPAC, teve como título: Das misericórdias reais ao direito democrático: breve trajetória analítica das concepções de Saúde Pública no Brasil.

⁶ Segundo o vocabulário jurídico, o termo enjeitado designa a criança vítima de abandono paterno ou materno. O mesmo que desprotegido (Cf. www.dicionarioinformal.com.br).



FONTE: <https://etcetajournal.pt/j/2017/12/a-roda-dos-enjeitados-no-porto/>

À esquerda, os pais enjeitam (abandonam) a criança à caridade e, à direita, a criança é recebida pelas irmãs da caridade em uma atividade complexa e discursivamente justificada pelos princípios que regiam a Irmandade cuja finalidade era acolher os pobres da sociedade e deles cuidar em casos de doença. Posteriormente, as Santas Casas (no modelo do Hôtel Dieu, de Paris) passaram a assumir funções hospitalares, cujo modelo conhecemos hoje.

Assim era tratado o abandono, conforme nos informa a História. O governo provincial julgava esse ato uma falta de moralidade no interior da família burguesa. Como a Igreja pregava os bons costumes – dentre os quais, a prática das obras de misericórdia (espirituais e corporais), a essa instituição era delegada as práticas da caridade que, por sua vez, ocorria à caridade pública, fundada por um eloquente discurso religioso que preconizava, nas práticas do bem, as bases para a sociedade cristã alicerçada nos princípios da salvação individual.

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

Ainda de acordo com Trindade (1999), o Brasil Colônia tinha grandes dificuldades para a organização de uma assistência social pública. O princípio cultural baseava-se na culpa generalizada. Por exemplo, cabia à mulher a culpa pelo fracasso das relações conjugais, denotando o forte poder patriarcal que sustentava as práticas herdadas dos colonizadores portugueses. Em parte, era a falta de assistência regida pelo governo que colocava as mães em situações de completo desamparo, haja vista que a tradição imputava à mulher as grandes responsabilidades pelo mal estar familiar e social. Quando tinham filhos fora do casamento, por exemplo, era consideradas mães solteiras e seus filhos eram tidos como desestruturados e, portanto, desestruturantes da sociedade como um todo. Mães e filhos, nesses casos, eram rechaçados pelas tradições da chamada boa sociedade.

A família patriarcal passou a recriminar todas as ações ofensivas à moral. Exceto o abandono, que era tolerado, desde que obedecidas as regras institucionais (a roda dos expostos). Como visto, a desigualdade social já era cultivada, havendo um grande preconceito contra as mulheres tidas como desregradas (o hospício iria receber várias delas). Não havia uma preocupação clara com a infância e, portanto, não lhe era garantido um desenvolvimento particular para aprender a lidar com o mundo. Via de regra, era no abandono que os filhos dessas mulheres recebiam as primeiras lições advindas do estigma de rejeitados.

É preciso notar que, posteriormente, a cultura colonizadora europeia trouxe para o Brasil a prática higienista, tida como um movimento de prevenção a todo tipo de mal social: desde os sanitários até os sociais e econômicos. O higienismo buscava engendrar uma sociedade organizada, não obstante os agentes recalcitrantes, que insistiam, com suas práticas, a vivenciar a desordem e o mal-estar na civilização⁷.

⁷ Este tema será retomado posteriormente, quando apresentaremos uma discussão psicanalítica sobre o abandono das crianças.



UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

Quando o poder público se vê incitado a cuidar da infância abandonada, foi necessária a criação de centros de acolhimentos (orfanatos) para o cuidado dos filhos havidos em condições sociais precárias. Afinal, o higienismo também preconizava o controle social, ainda que, para tanto, fosse preciso retirar da sociedade aqueles agentes que poderiam causar a desordem. Ora, a classe pobre sempre foi tida como “classe social perigosa” (CHALHOUB, 1996) e, portanto, cabia às autoridades o desenvolvimento de ações para o seu eficiente controle.

Fossem abandonados pelos pais ou mesmo rejeitados pelo Estado, essas crianças eram frutos de uma sociedade da exclusão que marginalizava pobres, negros, mestiços, mulheres, prostitutas, loucos e desordeiros. As crianças entravam na lista dessas classes marginalizadas.

Todavia, o Estado deveria reconhecer o seu lugar de protetor. O próprio D. Pedro II já havia se autodeclarado “o defensor perpétuo do Brasil”. Uma declaração que ultrapassava as medidas de uma política internacional ou econômica e passava a ganhar também um espaço na proteção da própria sociedade. Para o cuidado com as crianças, o Brasil passaria a adotar o modelo europeu com a criação de creches ou asilos para menores, com o intuito de proteger as crianças do abandono. De fato, negligenciar a infância abandonada seria uma forma de evidenciar grandes problemas futuros. Parece que “educar a criança para não ser necessário punir o adulto” foi um lema que subsidiava os atos dos políticos conservadores pois, como dito, era a própria burguesia quem deveria sinalizar por soluções aos problemas criados por ela mesma, pelos seus usos e costumes.

Não apenas os asilos para os menores, mas também as escolas infantis passaram e se erigir tomando por prática recorrente a diferenciação etária e social. Discussões pedagógicas dão conta dessas diferenciações, afirmando que a Escola burguesa levará a cabo o ideal de formar o bom e deformar o mal (Bourdieu e Champagne, 2001). Desta forma, a Escola não seria a instituição capaz de regular a sociedade do ponto de vista do direito de todos, mas tão-



UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

somente sob uma perspectiva alienante da burguesia que, como se sabe, não busca uma sociedade para todos, mas utiliza os métodos mais eficazes para a diferenciação entre as pessoas. Uma classe escolar para os bons e uma outra, para os menos bons, ou para os piores foi tida como razoável para o conjunto da sociedade em cujo conjunto, as instituições fazem apenas reproduzir a ordem social (Idem, idem).

Temos, pois, uma estrutura burguesa patriarcal e moralista, com práticas altamente excludentes que, ao buscarem incluir a infância abandonada, não faz mais que repetir as práticas de afastamento, criando as condições funestas para uma sociedade do conflito.

Neste contexto, o êxodo rural fez aumentar o número de miseráveis no espaço urbano. Com isso, as mães solteiras era as mais prejudicadas, pois haveriam que cuidar de si e dos seus filhos. As Santas Casas ou os orfanatos poderiam acolhê-las, desde que desempenhassem a função de nutrizas, haja vista que não havia a oferta de um outro alimento para as crianças acolhidas senão o leite humano. Este era, talvez, o único ponto de valorização da mulher recém parida: ela tinha a capacidade de nutrir os enjeitados, oferecendo o seu leite para tantos filhos que tiveram o mesmo destino que o seu: a rejeição.

Posteriormente, com o advento da estrutura econômica capitalista, houve um crescimento do poder aquisitivo das famílias, conferindo-lhes o espaço necessário para o desenvolvimento de um outro afeto: o direito de amar os seus filhos e de criá-los sob relações afetivas. Avançou o Brasil para uma cultura da intimidade (Trindade, 1999), para a cultura do espaço privado, diferenciando-o do público e criando laços familiares (que também trazem os seus complexos). As famílias passaram a criar importantes diferenças entre si. A infância foi um desses símbolos da emancipação e da conquista de status de liberdade e de riqueza, cada qual buscando, na educação dos filhos, um exemplo da emancipação econômica e social.

2 CRIANÇAS NA CIVILIZAÇÃO: O CORAÇÃO DO MAL-ESTAR

**UNIPAC**Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

Em seu texto de 1930⁸, Freud procura explicar sobre as cisões entre o Ego e o Id (o Eu e o Isso). Pondera que o homem está constituído dessas duas instâncias que são primárias na formação do psiquismo. Como se sabe, para Freud a psique humana se constitui de um emaranhado entre as vivências do presente e do passado.

Em sua constituição subjetiva, o homem se depara com o mundo que o cerca: a civilização (ou a cultura, como trazem algumas traduções do mesmo texto de 1930). Via de regra, a civilização julga o homem pela sua capacidade de desenvolvimento intelectual e de acumulação de bens (para si ou para a humanidade em seu contexto). Assim, deve o homem desenvolver capacidades tais que lhe instalem melhor no mundo civilizado, garantindo a sobrevivência e o bem-estar.

No entanto, não logra o homem encontrar esse bem-estar na vida civilizada. Não obstante a evolução social e econômica, que lhe trouxe riquezas acompanhadas do sentimento de superioridade, o homem ainda se sente desamparado. Decerto que a capacidade inata de apreensão fez do homem um animal evoluído e cheio de razão, mas há, então, um primeiro indício do mal-estar que lhe é igualmente inerente: se a razão lhe eleva aos cumes da superioridade dentre os outros seres da natureza, a exuberância e imprevisibilidade do mundo externo provoca-lhe inseguranças e desamparo. O homem é, pois, esse limiar entre a superioridade e a insignificância.

Para a civilização, o bem-estar se define como a capacidade em dominar o outro, usando os meios racionais de que dispõe, como a linguagem articulada, por exemplo. Esse desejo de dominar fez do homem um ser solitário, haja vista que reduz as possibilidades de relações interpessoais. A solidão limita o homem e o faz regredir nesse contexto. Há, pois, homens presos ao egoísmo e há aqueles que compartilham grandezas da alma e que contribuem para a felicidade de muitos.

⁸ O mal-estar na civilização.

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

Neste sentido, Freud (1930/1992) considera que a capacidade reflexiva humana pode estar sempre em desenvolvimento. É essa capacidade que o faz compreender sua imensidão e sua pequenez. Há homens que produzem grandes obras que, se não são grandiosas do ponto de vista ostensivo, o são na compreensão do desenvolvimento psíquico. Neste contexto situa-se o pensamento religioso como uma forma de simplificação da humanidade. De acordo com a religião, cabe ao homem apenas duas escolhas (ser bom ou ser mau) e, portanto, não reconhece as experiências traumáticas do homem e sua necessidade de buscar o prazer. É preciso conceber as forças libidinais que geram as transformações psíquicas que ocorrem desde que nasce a pessoa. No princípio, o bebê tem percepções primitivas do mundo que o cerca. Para ele tudo está emaranhado na relação que ele tem com a mãe – e isto lhe basta. Mas ele não pode se desvencilhar do jogo de experiências psíquicas que ela lhe comunica continuamente. Por isto é que Freud (1930-1992) afirma que o chamado sentimento oceânico está mais nas percepções vividas do que na experiência religiosa.

No mundo adulto, as pessoas buscam em suas relações objetais com o mundo o progresso, obtendo o desenvolvimento intelectual, que é fruto da maturidade. Assim, as relações afetivas do bebê com seus pais fazem parte das fases do desenvolvimento infantil e que ficam, de alguma forma, colocadas da pessoa adulta, constituindo o seu eu. Portanto, com a maturação, as experiências se acumulam na psique e trazem uma soma do que os adultos revelam ser. Tal concepção demanda uma articulação mais elaborada do intelecto, pois há uma inegável distância entre a fé religiosa e a ciência. Na primeira, aprende-se que a fé provém de um afeto de um pai infinito e imortal, que cuida de cada um, provocando um pensamento segundo o qual há uma harmonia na humanidade. Esse tipo de pensamento é ingênuo e faz com que as pessoas busquem aí (na fé) o seu consolo. Em se considerando a inevitável presença do desprazer, a religião costuma dizer que o sofrimento liberta. No entanto, o desprazer é real e provoca o

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

raciocínio no ser humano, levando-o a desconsiderar a possível existência de um final feliz.

Sobre o sentimento oceânico, Freud (1930/1992) o considera como algo místico. Não há por que haver uma relação entre o desenvolvimento da humanidade com razões místicas. O psiquismo é construído justamente porque o homem não se deixa estar à mercê do destino, produzindo as experiências a partir das próprias escolhas. O mal-estar advém do sentimento segundo o qual é preciso estar adequado no mundo, ao invés de poder adequar as regras sociais a partir daquilo que é desejado. Poderia, pois, o desejo ser construído? Há um sentimento que busca alcançar a felicidade, seja nas relações interiores ou nas exteriores, com os membros da sociedade da qual fazemos parte. O fato é que o homem não pode fugir da imensidão de desafios que o cerca. A idade adulta impele o homem a seguir em frente, pois tem condições de assim fazer, dado o acúmulo do conhecimento intelectual adquirido. A superioridade conquistada com a maturidade proporciona a evolução do ser. Sem dúvida, o poder adquirido com o desenvolvimento tecnológico, por exemplo, fez do homem um ser capaz de lidar com as adversidades. Se, do ponto de vista fisiológico, o homem consegue alcançar a maturidade final, do ponto de vista psíquico há sempre o conflito entre o mundo real e o mundo interior; da realidade com o desejo. O id representa esse mesmo sentimento oceânico, ao passo que o eu necessita instalar-se no contexto da civilização. Além do prazer em si, existe o outro – este que representa o exterior, regido pelo princípio da realidade.

Estas são as razões que fazem com que o homem experimente um mal-estar diante da sociedade. O ideal da civilização se apresenta como algo a expandir as capacidades humanas, elevando-as a patamares sempre maiores, mas é preciso que esse ideal se coloque diante dos desejos humanos. Então o que se experimenta é um conflito causado por essas duas forças. Na civilização, o homem vai mal. Ela é um espelho de suas derrotas particulares diante do desejo. A civilização revela a ruína dos ideais de perfeição, revelando ao homem sua fragilidade sobre a harmonia pretendida.



UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

Nesse contexto dos diversos sinais do mal-estar encontra-se a infância rejeitada. Sob o ponto de vista psíquico, o adulto não pode ocultar de si mesmo a criança que lhe habita e que se manifesta na imensidão de seus afetos. Qualquer negligência nesse sentido já apontaria para o desenvolvimento das neuroses. Do ponto de vista social, a compreensão é idêntica: os adultos não podem afastar de si as crianças que produzira. Há uma visão romântica que enaltece o amor materno, o amor paterno, o amor fraterno, o amor filial. A visão romântica oculta os conflitos que permeiam esses amores. Mas, no ato de abandonar a criança, por exemplo, o que emerge é o conflito entre o que é desejado e o que é experimentado. Nesse instante, os ideais desvanecem-se e resta a ação elucidativa do conflito, que faz com que o filho seja abandonado, rejeitado, exposto, para que um outro qualquer o venha acolher.

Claro está que Freud não designara como civilização apenas as sociedades tecnológicas, mas os conjuntos humanos que romperam com a natureza e forma capazes de construir cultura. Os ditos povos primitivos, portanto, também fazem parte do contexto civilizador, pois também os primitivos romperam com a natureza a fim de construir um mundo humano. No entanto, é importante notar que os ditos primitivos não abandonam suas crianças.

Vejamos uma pequena parte do que escrevera Veríssimo (1937/1976, p. 11) sobre o seu Tibicuera:

Nasci na taba duma tribo tupinambá. Sei que foi numa meia-noite clara. Fazia luar. Minha mãe viu que eu era magro e feio. Ficou triste mas não disse nada.

Meu pai resmungou:

— Filho fraco. Não presta para a guerra.

Tomou-me então nos seus braços fortes e saiu caminhando comigo para as bandas do mar. Ia cantando uma canção triste. De vez em quando gemia. Os caminhos estavam respingados do leite da lua. O urutau gemeu no mato escuro. Uma sombra rodopiou ligeira por entre as árvores. O mar apareceu na nossa frente: grande, mole, barulhento, cheio de rebrilhos. Meu pai parou. Olhou primeiro para mim, depois para as ondas... Não teve coragem. Voltou para a taba chorando. Minha mãe nos recebeu em silêncio.

**UNIPAC****Centro Universitário Presidente Antônio Carlos**

Se a civilização é capaz dos grandes benefícios para a humanidade, igualmente o é no que tange os seus malefícios. A sociedade urbana não em escapado dos princípios hedonistas. A busca pelo prazer ou pela sobrevivência pode ser interrompida por uma gravidez inesperada, por exemplo. Neste momento, a própria civilização vem para acolher um certo fruto irônico, que zomba do prazer e da liberdade, que questiona os princípios narcísicos da sociedade de consumo.

Em entrevista concedida ao portal UOL (2012), Orlando Villas-Bôas relata a trajetória que fizera pelo interior do Brasil, entrando em contato com várias tribos indígenas. Nessa entrevista, ele narra as impressões dos irmãos Villas-Bôas. Dada a riqueza dos detalhes que apresenta, não há um ponto culminante em sua fala. Há, no entanto, aquele em que dialoga com nossa proposta de trabalho aqui apresentada:

Durante a longa permanência entre os índios, a única contribuição que talvez lhes tenhamos dado, foi mostrar aos civilizados que o índio brasileiro não é um selvagem agressivo e destruidor. Nós trouxemos a notícia de que eles constituem uma sociedade tranquila, alegre. Ali, ninguém manda em ninguém. O velho é dono da história; o índio, dono da aldeia e a criança, dona do mundo. Nesse tempo todo em que vivemos perto deles, nunca assistimos a uma discussão, a uma desavença na aldeia ou a uma briga de marido e mulher. Se a criança faz alguma coisa que o pai desaprova, ele não a repreende. Apenas a tira de onde está e a leva para outro lugar. É admirável, também, o respeito que os pequenos têm pela natureza, valor que adquirem observando o comportamento dos mais velhos (Villas-Bôas, 2022).

Esta citação se presta a colocar o lugar do civilizado e do primitivo, embora ambos experimentem o mal-estar da existência humana. No entanto, nas sociedades tecnológicas e urbanas as dificuldades se mostram mais evidentes no trato com a criança e seu mundo peculiar. Se a civilização causa tamanho mal-estar com relação ao outro, é preciso questionar suas bases para nela construir relações mais seguras. Quando os pais abandonam os filhos eles demonstram o conflito entre o desejo e o existir do outro. O abandono não é um ato individual apenas – é um ato social, civilizado e desconcertantemente humano. Se o abandono é um ato social, acolher também deveria sê-lo. Assim, pois, os

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

dispositivos sociais de acolhimento deveriam ser igualmente eficientes. Mas não é bem assim. As estruturas sociais que operam nesse sentido são também desastrosas. Anteriormente, as Santas Casas se prestavam a acolher os expostos, hoje é o Estado quem assim o faz. Cria instâncias regulamentares, destitui o pátrio poder, inaugura centros de acolhimento, mas não é capaz de suprir o emaranhado das emoções que a convivência segura seria capaz de efetivar nos jogos edipianos de disputas e satisfações.

3 CRIANÇAS, SOCIEDADE E ABANDONO

Em sua História Social da Criança e da Família, Ariès (1973/1986) faz uma abordagem iconográfica, por meio da qual ele discute sobre a presença da criança nas representações do cotidiano da vida do trabalho e da família. O conjunto iconográfico analisado compreende o chamado Livro de Horas⁹ que, em meio a orações e calendários, traz iluminuras sobre o cotidiano medieval. Nessa época, notou o autor que o cotidiano representado não incluía as crianças, mas apenas aquelas pessoas que faziam parte do labor – seja no campo ou na casa.

Primeiramente, os estudos das representações iconográficas estiveram centrados no século XII. Até o XIV, as representações eram sempre de homens. A partir desse século, a mulher também passou a ser retratada nas iluminuras, como o homem, fazendo parte do universo laborativo (tecendo ou cosendo). O que a expressão artística revela é que “o casal não é mais apenas o casal imaginário do amor cortês. A mulher e a família participam do trabalho e vivem perto do homem, na sala ou nos campos. Não se trata apenas de cenas de família: as crianças ainda estão ausentes [nessas iluminuras]” (Ariès, 1973/1986, p. 197).

⁹ De acordo com Ribeiro (2016), os livros de horas são considerados “manuscritos da fé”. Eles continham orações na divisão canônica do dia em horas específicas – horas litúrgicas – que seguiam o mistério da encarnação de Jesus Cristo na vida das pessoas. Esses manuscritos eram considerados verdadeiras obras de arte e, portanto, somente nobres e aristocratas os possuíam. O acervo da Biblioteca Nacional do Brasil conta com nove livros de horas iluminados (Faillace, 2016), provenientes da Real Biblioteca, que vieram para o Brasil em 1808, junto à família real portuguesa.



UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

Na iconografia dos livros de horas, a criança começa a aparecer a partir do século XVI, passando a integrar as cenas em família ou em lugares externos, entretidos em seus folguedos. A cena da família aristocrática fazia remeter, não raro, a uma outra família: a Sagrada Família. Então, a figura de Jesus menino deve compor a cena da família sagrada, significando que a criança começa a ocupar um lugar representativo inexistente durante o período medieval.

Ariès (1973/1986) apresenta como exemplos os livros de horas editados na França que, a seu modo, concederam à criança uma representatividade qualquer. Adultos em miniatura: era essa a condição mais apropriada a que se faziam chegar as imagens infantis antes de a infância ganhar um lugar específico no imaginário social.

Na imagem abaixo, a criança (Menino Jesus) aparece em uma cena da Sagrada Família (A fuga para o Egito), denotando a presença do elemento infantil nesse tipo de iconografia trazida para fins de discussão sobre a importância que, gradativamente, foi conquistada pela criança nas representações sociais.



FONTE: Fundação Biblioteca Nacional. Catálogo do livro de horas.

À medida que a infância vai ganhando lugar nas mentalidades medievais, ela vai sendo representada nessa importante fonte documental que, a seu modo, demonstra o cotidiano das sociedades europeias e, por extensão, brasileira (pois não podemos deixar de considerar a forte influência cultural portuguesa exercida no Brasil a partir da vinda da família real, em 1808).

As representações iconográficas levam a concluir que o sentimento de família era desconhecido na Idade Média e passou a ser descrito com vigor apenas no século XVII. De acordo com Duby (*apud* Ariès, 1973/1986, p. 213), “a família é o primeiro refúgio em que o indivíduo ameaçado se protege durante os períodos de enfraquecimento do Estado. Mas assim que as instituições políticas

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

lhe oferecem garantias suficientes, ele se esquivava da opressão da família e os laços de sangue se afrouxam”.

Então, estando inseridas no universo familiar – pelos laços de sangue e de proteção – a criança sente-se amparada e tem condições necessárias de desenvolver suas capacidades adaptativas. Mas, tão logo tenha condições políticas, há um cultural distanciamento para a construção de seu próprio contexto. Na citação acima, podemos constatar que há uma relação importante entre a família e o Estado enquanto instituições sociais. Nessa relação, se o Estado é frágil, a família se apresenta como instituição capaz de assegurar a proteção devida mas, em se constatando a existência de um Estado robusto, o indivíduo cumpre seu papel social de afastar-se dos laços sanguíneos e construir o próprio percurso.

Mas o cotidiano brasileiro aponta também para o afrouxamento dos laços sanguíneos antes do fortalecimento do Estado. Nesses casos, em que há o abandono da criança, outras instituições sociais se apresentaram para remediar essa falha, apresentando-se como lugares sociais para acolhimento do abandonado, configurando-se como capazes de fazer um papel de organizadores sociais, impedindo de ser visualizada a demissão do Estado.

Gradativamente, a criança foi ganhando espaço na vida da família e passou a trazer uma outra significação não vista antes do século XIV. Essa conquista deve ter sido, prioritariamente, uma concessão do mundo adulto para a aceitação da criança e de uma nova visibilidade. De lá para cá, o mundo infantil passou a significar um item de grande importância quando se quer conhecer uma sociedade e suas instituições. É importante notar que o mundo infantil sempre se configurou como algo estranho para os adultos, em função do não reconhecimento de questões que, atualmente, se configuram essenciais, como, por exemplo, o sentido de responsabilidade e a dinâmica familiar como um dos responsáveis para o crescimento saudável dos pequenos na sociedade.

Quando tomamos o tema do abandono infantil, portanto, estamos lidando com um assunto muito novo nas dinâmicas sociais do Ocidente. Por uma questão

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

de ordem social, as famílias se sentiram compelidas a cuidar de suas crias. O discurso religioso, por sua vez, operou a construção da nova ordem, inserindo os sentimentos de amor no âmbito familiar e, inclusive, incentivando as famílias a procriarem, como uma ordenação bíblica.

No contexto da sociedade burguesa, onde a marca central é a ordem pelo trabalho, a criança ocupou um não-lugar, pois não se constituía como mão-de-obra produtiva até que alcançasse o mínimo patamar de ter forças nos braços a fim de entrar para o mundo produtivo. Tudo é mercadoria, dizem os marxistas, até mesmo a criança em sua inserção no mundo do trabalho assalariado. Decerto que houve explorações diversas, mas a organização dos trabalhadores acabou conseguindo criar legislações de proteção aos trabalhadores, suas famílias e seus filhos. Sem essa luta, o universo infantil teria sido bem mais explorado pelo mundo dos lucros advindos da acumulação do capital.

A nova ordem burguesa estabeleceu também que a família deveria cuidar de seus filhos. A mesma ordem que estabelecia que os adultos deveriam trabalhar para conquistar algum lugar social. Trabalhar e cuidar pareciam ser ações incompatíveis: ou bem se trabalha, ou bem se cuida dos pequenos. Não podemos afirmar que é o mundo do trabalho que criou o abandono infantil em função de falta de tempo para conciliar os dois. O processo de abandono infantil pode ser social – e, sem dúvida, o é – mas foi a partir do advento das Ciências do Homem que os lugares sociais ganharam um sentido simbólico. Então, o ato de abandonar uma criança precisa ser visto revestido de outras razões que não apenas a econômica. Neste sentido, fizemos inserir as discussões psicanalíticas para melhor compreendermos o que ocorre no universo psicológico dos adultos que lhes levam a afastar de si os seus filhos.

A paternidade (a maternidade) é, dentre outras, uma resposta à interpelação que o sujeito recebe. Trata-se de uma troca de lugares. Deixar de ser filho para se tornar adulto. Esta resposta vai ser dada de acordo com outra inserção bem mais contundente: a lei paterna e a angústia de castração que adveio dela. É preciso aceitar deixar de ser filho (a) para se tornar pai (mãe). Se

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

houver uma dificuldade em interiorizar a lei, que Lacan designa como o Nome-do-Pai (Bispo *et al.*, 2017), a pessoa terá dificuldades muito grandes para interiorizar o filho. Este é uma das questões que podem ser apresentadas quando se trata do abandono infantil. Não é a única, certamente, mas é consideravelmente importante, pois diz respeito ao mal-estar que reside na civilização (Freud, 1936-1936/1992) pois, se no mundo animal, regido pelos princípios da Biologia, o mundo humano, regido pelas pulsões de vida (Eros) e de morte (Thanatos), envolve as relações em contextos simbólicos, propondo a criação de laços e a formação de famílias. A ampliação dos laços familiares foi discutido por Freud em Totem e Tabu (1913/1976). Nessa obra, as questões rituais que envolvem as formações familiares são discutidas em torno das ideias de uma horda primeva, um pai primitivo (tirânico), um parricídio e um sentimento de culpa insuportável.

Nesses escritos, compreendemos que, se há o assassinato do pai, há uma culpa e um desejo de reviver os conceitos simbólicos do pai. Quando não há esse contexto simbólico, falha o sujeito a subsumir-se em um novo lugar social.

Há falhas estruturais e há forclusões locais¹⁰. Assim, pode-se compreender que aquele que rejeita ou abandona o filho não pode ser classificado como psicótico por falha na função paterna. O abandono pode ser sinal também de dificuldades de outra ordem, principalmente em uma sociedade marcadamente machista e patriarcal, que costuma tolerar que pais abandonem os seus filhos aos cuidados das mães, mas não suporta quando o mesmo abandono é operado por mulheres. Então, dadas as condições culturais, o abandono paterno é mais tolerado que o materno e, por vezes, a mulher se vê sozinha para cuidar do trabalho e dos filhos, o que provoca sérias tensões psíquicas que se associam às econômicas e às sociais, impedindo uma livre escolha de suas funções maternas, haja vista que se vê vinculada em uma situação de angústia.

¹⁰ O termo “forclusão local” é de Juan-David Nasio (1992), ao considerar que todos somos loucos em algum recanto de nossa vida.

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo abordou o tema sobre a infância abandonada no Brasil a partir de um olhar psicanalítico. O percurso escolhido foi o de uma leitura histórica para nos situar a todos no contexto brasileiro, desde a Colônia. Nesse percurso, foi constatado que a infância tinha um lugar de desvalorização em nossa sociedade arcaica. No contexto da formação familiar e econômica do povo brasileiro, a criança ocupou um lugar marginal. No contexto da geração das riquezas econômicas, a criança não teria mesmo outro lugar além daquele marginalizado – mera espectadora do agir do adulto. Quando do advento da burguesia, o sentido da infância começa a ser valorizado, principalmente no interior das instituições: família e igreja. A partir de então, a cultura do abandono infantil passou a ser considerada um ato imoral pela sociedade que começou a respeitar a infância, reconhecendo, principalmente, sua fragilidade e inocência – condições passíveis de receber proteção e carinho.

Quando falamos da contemporaneidade, percebemos que a condição de abandonada faz da criança uma vítima da sociedade e das regras dos adultos que, por mais que se esmerem nos atos civilizatórios, encontram-se presos à barbárie do desamor e do abandono. As condições modernas da civilização não conseguiram abolir o abandono infantil que, por seu turno, denuncia os grandes e constantes males propalados pela civilização. Parece um paradoxo o fato de o homem moderno portar o desenvolvimento científico e o avanço tecnológico e não ser capaz de lidar com o outro incômodo.

Nos tempos atuais, o abandono infantil é uma questão social que afeta o indivíduo e, por conseguinte, pode vir a resultar em uma pessoa que trará consigo uma marca psicológica desse mesmo abandono que se transfigura em mal-estar; sentimento de culpa; certeza de não ser amada e de não ser aceita no complexo universo dos homens. Ora, é preciso criar uma instância institucional capaz de gerir o desejo por afastar o incômodo e a proibição legal do abandono de incapaz. Essa instância é o Estado que, ao logo de sua influência social, organizou órgãos governamentais de defesa da infância – principalmente da infância abandonada, que



UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

se torna frágil vítima de tantos quantos puderem se aproveitar de suas fragilidades.

O objetivo deste estudo foi buscado com ênfase e alcançado em seu desenvolvimento geral, haja vista que o abandono infantil foi considerado não apenas como uma resposta frágil a uma sofrível condição econômica, mas também foram buscadas as relações com o Outro, aquele que pode se impor ao sujeito, rir-se dele e torna-lo mais fragilizado.

Sabemos que o indivíduo almeja a liberdade interior, principalmente quando ele se vê diante de uma cultura opressora que valoriza a posse em detrimento das essências. Por ter a sua psique tomada por uma cultura opressora que valoriza o ter, ou seja, a produção econômica dentro da sociedade. Com isso o indivíduo sente-se mal, ou seja, o mal-estar na civilização. Vê-se a si mesmo como um objeto manipulado pela civilização que busca a própria realização, ao passo que despreza a do ouro.

No contexto social de exploração capitalista, o adoecimento do trabalhador que funciona como o provedor da família, traz uma trágica notícia, qual seja, a de colocar-se como vítima de um poder dominador e destruidor. Por vezes, o abandono infantil aparece como solução passível e justificável. Neste contexto, abandonar o filho à creche parece ser mais aceitável do que abandoná-lo à sorte, às ruas.

Profissionais precisam dar respostas a uma sociedade carente delas. A valorização da criança é uma valorização dos homens, à proporção que são carregados ambos de elementos simbólicos, capazes de fazer reverter um forte impulso que exclui o outro, ainda que ele se mostre durante enraizado nas antigas culturas da dominação e do ódio.



UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

A PSYCHOANALYTICAL LOOK AT ABANDONED CHILDREN IN BRAZIL

ABSTRACT

Abandoned children: who abandoned them? Or rather, who abandons them? This topic brings the discussion to society but, in a very uncomfortable way, to a look inside ourselves. The fact that we are capable of abandoning defenceless and incapable human beings seems to touch on a great civilisational malaise. In this article, we tried to understand this abandonment through a psychoanalytical approach, but as we worked, we realised that it would be impossible not to take a historical and social look - albeit briefly. To this end, we sought support from authors who propose a historical and social journey to understand abandoned children in Brazil. Later, we used the psychoanalytic approach, which points to human conditions that we would like to avoid: denying the stranger, the intruder, and making them an object: stripping them of their place as a subject so that they are able to make their own way. This study also helps us to deal with important aspects of our society, which wants to be free and benevolent, but which reveals itself to be capable of strange (and, disconcertingly, familiar) actions: denying the other the space of life, assigning them the social margins as the only possible place of meaning.

Key words: Childhood. Abandonment. History. Sociology. Psychoanalysis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família** (1973). Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BISPO, F.S. *et al.* O que é um pai? A função paterna nos momentos iniciais do ensino de Lacan. **Psicologia em Revista**, São Paulo, v. 26, n. 1, 81-108, 2017.

BOURDIEU, P. e CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, P. et al. **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FREUD, S. Totem e tabu (1913). Edição Standard Brasileiras das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização** (1930-1936). Obras completas. V. XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FAILLACE, V. L. M. (org.). **Catálogo do livro de horas da Biblioteca Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

NASIO, J.-D. **Os olhos de Laura**: somos todos loucos em algum recanto de nossas vidas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

PEREIRA, L. N. Crianças feiticeiras: reconfigurando família, igrejas e Estado no pós-guerra angolano. **Religião e sociedade**. Rio de Janeiro, n. 28, v. 2, p. 30-35, 2008

PEREIRA, H. R. **Das misericórdias reais ao direito democrático**: breve trajetória analítica das concepções de saúde pública no Brasil. Pesquisa de Iniciação Científica. PROBIC: Centro Universitário Presidente Antônio Carlos, 2018.

RIBEIRO, M. V. Manuscritos da fé. In: FAILLACE, V. L. M. (org.). **Catálogo do livro de horas da Biblioteca Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2016. p. 11-12.

TRINDADE, J. M. B. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. Dossiê: infância e adolescência. **Revista Brasileira de História**, v. 19, n. 37, set., 1999. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbh/a/vDzRcncCsWK3pcmxHF8fbL/?lang=pt#> Acesso em 24 de maio de 2023.

VERÍSSIMO, E. **As aventuras de Tibicuera**: que são também as do Brasil (1937). 15. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

VILLAS-BÔAS, O. **Entrevista ao portal UOL**. Disponível em:

<https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/orlando-villas-boas-entrevista/> Acesso em 16 de junho de 2023.